

O mito do cabo-verdiano letrado

Maria Adriana Sousa Carvalho
Professora aposentada, Universidade de Cabo Verde

Nesta comunicação analisamos os registos da cultura de alfabetização em Cabo Verde, na época colonial, na ótica de Rui Ramos (1988) que a enquadra na cultura tradicional, na estrutura de classes e no sistema de poder. Após estabelecermos as diferenças entre analfabetismo e iletrismo, apresentamos narrativas (produzidas na colónia) que percecionam a alfabetização como instrumento de desenvolvimento e de libertação. Tomando como referência os conceitos taxa heroica e taxa depressiva, enquanto indicadores da cultura de alfabetização (Ramos, 1988), procedemos a uma leitura cruzada das taxas produzidas em legitimação do poder colonial (heroicas) e das representações mensuradas pelos atores do sistema escolar cabo-verdiano (depressiva). Defendemos que, neste contexto de visões diferenciadas e contraditórias da cultura letrada no arquipélago, foi construído e propagado o mito do cabo-verdiano instruído (alfabetizado), em colisão com a perspetiva local sintetizada nas palavras do jovem Amílcar Cabral (1951): “quando um poeta, em Cabo Verde, publica um soneto ou um poema, o povo, a grande maioria da população, não o lê”.

O mito do cabo-verdiano letrado

Cultura escrita e alfabetização

No artigo “Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal”, Rui Ramos afirma que “a alfabetização deixa de ser uma taxa, heróica ou depressiva, para vir a ser entendida como um modo de vida: uma certa relação com a cultura letrada que deve ser definida pelo quadro da cultura tradicional, pelo da estrutura das classes, pelo sistema de poder” (1988, p. 1.079). Em Cabo Verde, em tempo de submissão colonial, os indicadores da alfabetização foram condicionados “pelo quadro da cultura tradicional, pelo da estrutura das classes, pelo sistema de poder”.

Segundo Justino de Magalhães, “analfabetismo e iletrismo constituem duas situações geradas num mesmo fenómeno de incapacidade de utilização da cultura escrita, mas têm origens diferentes e a resposta pedagógica também não é necessariamente a mesma” (1996, p. 10). O autor de *Alquimias da escrita* considera que “as situações de iletrismo

não traduzem uma ausência de escola, mas uma regressão nas capacidades literárias, originada, ou por uma desadequação da cultura escolar, ou por uma insuficiente assimilação da mesma” (*idem*).

Registos da alfabetização em Cabo Verde

- Na época da 1.ª República Portuguesa:

A luta contra o analfabetismo e a defesa da cultura escrita, condições de progresso social, integraram o ideário cabo-verdiano na época da primeira República Portuguesa. O jornal republicano *A Voz de Cabo Verde* (22 abril 1912) proclamava: “Sim; não basta criar escolas; é preciso tornar efectiva a obrigação de as frequentar. Essa obrigação tem, a nosso ver, dois fins: o de diminuir, quanto possível, o numero de analfabetos e o de habituar o futuro homem a ter umas tantas horas por dia, de aplicação a algum trabalho útil”.

A alfabetização era percebida como fenómeno comunicacional e instrumento de desenvolvimento e de libertação, conforme ilustra um artigo de opinião do jornal *O Progresso*:

“Sem instrução não há progresso nem civilização. Os povos analfabetos são presa facil de toda a especie de exploradores e de todas as superstições e preconceitos! Não vivem, vegetam! Os seus indivíduos não são unidades de riqueza, mas sim de miséria, pois não compreendem os seus justos interesses, são faltos de iniciativa, de previdência dignidade! Os povos analfabetos são escravos.

A província de Cabo Verde ainda sob êste ponto de vista é pobre, porque a deficiência da sua instrução é grande, os meios para a conquistar precários e mal organizados. Não porque aos seus habitantes mingúe vontade de saber e de se elevarem, mas porque lhes escasseiam os meios para a alcançar e ser um povo instruído.”

(26 dezembro 1912)

A *Revista de Educação*, de Julho de 1913. informava que “segundo a estatística oficial de 1911 publicada em 1912 no Boletim da Província, a percentagem dos analfabetos atinge na quasi totalidade das freguesias mais de 85%, chega a atingir 95% em algumas!”. A vontade de instrução dos cabo-verdianos poderá estar refletida nos números e taxas de alfabetização, ao longo do período republicano, conforme dados da Estatística Geral da Província de Cabo Verde (quadro infra).

Quadro n.º 1 – Evolução dos alfabetizados por níveis de literacia – 1912/1920

Categoria	1912		1914		1915		1918		1920	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sabem ler e escrever	23.465	92,8	25.864	92,7	32.142	91,1	34.090	90,0	26.639	79,7
Sabem ler	1.819	7,2	2.050	7,3	3.136	8,9	3.785	10,0	6.796	20,3
Alfabetizados	25.284	100	27.914	100	35.278	100	37.875	100	33.435	100

(Movimento da população por naturalidade, instrução e raça, 1913-1916, 1918, 1925)

Verifica-se, no período de 1912 a 1918, um aumento dos cabo-verdianos que “sabem ler e escrever” e dos que apenas “sabem ler”. A diminuição dos escolarizados (sabem ler e escrever), registada em 1920, poderá ser justificada por dificuldades ocorridas no sistema escolar decorrentes do impacto da 1.ª Guerra Mundial na colónia portuguesa.

- Durante o Estado Novo:

A política educativa na época do Estado Novo, que sucedeu ao derrube da República, das suas realizações e utopias (a partir de 1926), “foi caracterizada pelo desmantelar das representações e práticas da escola republicana” (Nóvoa, 1994, p. 224). Rómulo de Carvalho considera “merecedora de atenção a maneira como passou a ser discutido o caso do analfabetismo nacional logo após o 28 de Maio”. “Na óptica dos defensores de um Estado autoritário (...) tornava-se legítimo perguntar (...) se não seria preferível manter o povo na ignorância pois dela decorrem a sua docilidade, a sua modéstia, a sua paciência, a sua resignação” (2001, p. 726).

Os indicadores do analfabetismo, em Cabo Verde, foram publicado no Boletim Oficial, de 25 de agosto de 1931:

“Pela estatística demográfica de 1928 – a última que se encontra publicada – a população do arquipélago é de 150.160 habitantes, dos quais 34:936 são indivíduos até 10 anos de idade e que, por isso, não podem ser contados para se achar a percentagem dos que sabem lêr e escrever.

Nessa estatística, dá-se como sabendo lêr e escrever 51:394 habitantes, – número que parece exagerado, mas, admitido que seja aproximado, a percentagem dos analfabetos fica sendo de 68% que julgo ser inferior à de qualquer outra colónia.

Mas «saber lêr e escrever» não significa que o indivíduo tenha habilitações que o tornem apto para as lutas da vida, além de que, na ocasião de preenchimento dos boletins de

censo demográfico, todos declaram aos agentes deste que «sabem lêr e escrever». Uma grande parte da população, mesmo que tenha o exame de instrução primária, fala só o creoulo e tem pretensão de declarar que sabe «lêr e escrever».”

(Diploma Legislativo n.º 302/1931)

Na opinião de Rui Ramos, “quando comparamos taxas de alfabetização, estamos a comparar mais do que marcas da mesma corrida, estamos a comparar diferentes sistemas socioculturais, diferentes reacções individuais à mudança, diferentes políticas” (1988, p. 1112). Importa, portanto, analisar as clivagens culturais entre o meio rural e o meio urbano, que emergem na entrevista que o Inspector Escolar, Acácio Osório concedeu à jornalista Maria Helena Spencer:

“ -Que pensa do analfabetismo em Cabo Verde? Fala-se muito da grande percentagem de pessoas que sabem ler e escrever, mas o que é certo é que há tantas que não sabem e com as quais contactamos dia a dia, que custa acreditar?

- À sua pergunta julgo que deveria ser feita a outras entidades e não a mim. Os Serviços do Estatística, por exemplo, poderão responder, com mais exactidão. Se me pedisse a minha opinião quanto à percentagem de analfabetos verificada na classe infantil que está dentro da idade escolar 7 aos 13 anos de idade – poderia dizer-lhe que é grande.

Explicando:

- Bem vê: a distribuição geográfica do Arquipélago, bastante caprichosa, não nos permite caminhar com aquela eficiência que seria de desejar. Por um lado o isolamento apaixonante do camponês caboverdiano e, por outro, a dificuldade em conseguir-se urbanizá-lo. A edificação de moradias junto das glebas que cultiva está muito nos hábitos da gente rural do Arquipélago. Se pudéssemos localizar tais edificações e circunscrevê-las em áreas não superiores a cinco quilómetros, teríamos planificado todas as zonas que necessitam de estabelecimentos de ensino. O problema é mais difícil de resolver do que se supõe e o Estado não pode fazer tudo. (...). Apesar de tudo, note que a percentagem de analfabetos, dum modo geral, é inferior à de muitos outros territórios, se bem que não seja tão diminuta como muitos supõem. Toda a gente se habituou a calcular a percentagem de analfabetos em relação a meios urbanos, como S. Vicente e Praia, onde de facto essa percentagem é insignificante ou quase nula, esquecendo, todavia, que a grande massa populacional viva fora desses meios. A população da província, segundo recentes dados estatísticos, é de 148.331 habitantes, sendo 3.573 e 19.158 para a Praia e S. Vicente, respectivamente. Não se esqueça também que há muitos milhares de indivíduos que, embora saibam copiar o seu nome, não sabem ler nem escrever, e, contudo, não figuram no número de analfabetos, o que pode, também, ajudar a deturpar a verdade dos factos. Portanto, a percentagem apurada nos Serviços do Estatística, depois de devidamente corrigida, suponho que deve oscilar entre os 65 e 70%.”

(Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, Junho, 1953, pp. 20/21)

Em conferência proferida, em 1961, na Escola Comercial e industrial de Mindelo, o professor Aginaldo Wahnnon defendia que “a escola deveria lutar contra vícios e hábitos adquiridos ao longo dos anos através da subcultura da pobreza” numa colónia com “uma taxa de analfabetismo assustadora; mais ou menos 80%” (1963, pp. 42/43).

A leitura dos documentos apresentados permite-nos concluir que a taxa de analfabetismo em Cabo Verde oscilava entre 70 e 85 por cento. Nas narrativas que contextualizam estes indicadores denotam-se reservas ao valor dos dados apurados e ao conceito “saber ler e escrever” num território em que se “fala só o crioulo” (Diploma Legislativo, 25 de agosto 1931) e se adquiriu o hábito de “se calcular a percentagem de analfabetos em relação a meios urbanos, como S. Vicente e Praia”.

Taxas e interpretações diferentes

A contrastar com as taxas apuradas na colónia deparamo-nos com uma visão idealizada da realidade educacional cabo-verdiana no discurso oficial que justificou a gesta imperial portuguesa. Cabo Verde era representado como uma colónia modelo, quando comparada com outros povos colonizados, porque mais instruída, logo mais civilizada.

Na conferência “Atribuições dum marinheiro em terra de além-mar” (1932), o Governador Fontoura da Costa afirmou que, “no começo dos anos 30 do século XX, o analfabetismo era quase desconhecido em terras caboverdianas, em 1932 as 150 escolas primárias existentes no arquipélago eram frequentadas por 8.000 alunos dos dois sexos, numa população de 150.000 habitantes”, recordando que “no Portugal europeu, na mesma data, a taxa de analfabetismo era de 62,3% na população com mais de 7 anos!”. O poeta e crítico literário José Osório de Oliveira considerava “a percentagem de analfabetos, muito inferior à das populações metropolitanas, (...) insignificante, quási inexistente” (1936, p. 4). No ensaio *Palavras sôbre Cabo Verde* escreveu:

“A sede de aprender é extraordinária nos caboverdeanos. Nenhum espectáculo tão comovente como uma escola de instrução primária que vi numa povoação do interior de Sant’Iago. Numa casa acanhada comprimiam-se dezenas de crianças descalças e mal vestidas, que muitas vezes não comiam o necessário, filhas de gente quási miserável duma terra periódicamente flagelada pela seca. Nos olhos dessas crianças havia, porém, uma chama de vivacidade intelectual que iluminava a sala pobríssima de aula. O professor informou-nos que, se mais pudesse receber,

mais alunos teria, pois o caboverdeano pode não ter de comer mas nunca deixa de estudar por sua vontade.” (1936, p. 4).

O semanário *Notícias de Cabo Verde*, na crónica com o sugestivo título “Está se ensinando bem em Cabo Verde”, defendia que “a percentagem dos analfabetos é hoje em Cabo Verde uma das menores, senão a menor, do Império Português” (19 agosto 1936). O jornal *O Eco de Cabo Verde* no artigo “Cabo Verde na Exposição”, da autoria de Saldanha Machado, Delegado do Governo na Exposição Colonial, esclarecia que “o grupo de Cabo Verde não trouxe ao Porto o espectáculo de trajes aberrantes e de costumes raros”, acrescentando “como nota desvanecedora”, que “dos naturais de Cabo Verde que vieram à Exposição em número de dezanove, apenas um era analfabeto” (11 novembro 1939). O Catálogo da Exposição Colonial Portuguesa, inaugurada no Porto em 16 de junho de 1934, alude a uma taxa “heroica” de analfabetismo na colónia, inferior a 25%:

“O caboverdeano é duma maneira geral inteligente, apaixonado pelas artes com gosto pela música e pela poesia, é frequente encontrarem-se indivíduos que não sabem a mais pequena nota de música tocarem muito bem qualquer instrumento. [...]

A percentagem de analfabetos é inferior a 25%; o ensino primário está difundido em todas as ilhas e o ensino secundário também é muito frequentado especialmente o Liceu de S. Vicente. Revelam os habitantes sentimentos artísticos nos vários trabalhos em rendas, bordados, trabalhos em fibra, em palha, tartaruga, cerâmica, etc.” (Galvão, 1940, p. 59)

O *Diário de Notícias* defendeu a tese da adjacência para a colónia (idêntica ao estatuto político dos arquipélagos da Madeira e dos Açores), “porque a percentagem de analfabetos reduz-se a olhos vistos, tanto que proporcionalmente à sua área e população deve ser a parte de todo o Império Português, incluindo a Metrópole, onde a percentagem de analfabetos é menor” (citado no *Notícias de Cabo Verde*, 22 março 1949). No ano seguinte, o mesmo jornal transcrevia as impressões de P. Werrie (de La Nation Belge), que declarou: “Não há analfabetos em Cabo Verde. Encontrei poetas extraordinários, tipos esplêndidos de pele negra que falavam um esplêndido francês de inacreditável doçura” (25 janeiro 1950).

A valorização excessiva das capacidades intelectuais dos cabo-verdianos, ilustrada por taxas heroicas de alfabetização, fazia parte da política lusitana de assimilação, tendo dado origem a uma representação mítica de assimilados com sucesso, exemplos de integração numa sociedade multirracial contida “no Império Colonial Português que se divide, para

efeitos administrativos em oito colónias, que fazem parte integrante do território da Nação” (Carta Orgânica do Império Colonial Português, 15 novembro 1933).

Conclusão

A propaganda colonial ostentou, como troféu da aculturação, uma taxa *heróica* de analfabetismo inferior a 25% e o mito do cabo-verdiano letrado, em contraponto com a taxa *depressiva* estimada na colónia num valor superior a 70%, representativa dos “muitos milhares de indivíduos que embora saibam copiar o seu nome, não sabem ler nem escrever” (Spencer, 1953). Os discursos idealizados e os números forjados construíram, segundo o escritor Nuno Miranda, “um caso perfeito de cultura luso-tropical e [...] um excelente veículo da cultura portuguesa na Guiné, em Angola e S. Tomé e Príncipe” (Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, abril, 1960, p. 9).

As representações estatísticas, “maneiras de produzir e de buscar controlar a realidade” podem interferir (mas, em nossa opinião, não determinar) “os rumos que se querem dar à história (no passado e no presente)” (Faria Filho, Neves e Caldeira, 2005, pp. 234/235). Neste pressuposto relativizamos os indicadores sobre a alfabetização na “colónia mártir, colónia modelo” (conceito de Sérgio G. D. Neto, 2007).

A realidade que transcende “os números que falam por si”, um olhar “subjectivo, selectivo, parcial e contingente” (Sousa, 2005, p. 50) está expressa no lapidar texto de Amílcar Cabral “A propósito de Educação” (Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, junho 1951, p. 24): “Quando um poeta, em Cabo Verde, publica um soneto ou um poema, o povo, a grande maioria da população, não o lê.” Deste facto, segundo a opinião do autor, resulta “a ausência duma crítica construtiva, o marasmo e a esterilidade da cultura cabo-verdiana, (...) [que] se prende no mito da insularidade adormecida num fatalismo conformista ou em sonhos, não menos confortáveis de evasão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Cabral, Amílcar (1951, junho). A propósito de educação. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 21, pp. 24-25.

Carta orgânica do Império Colonial Português, 15 de novembro de 1933. *Suplemento n.º 18 ao Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 50*, 15 dezembro de 1933.

Candeias, António (Coord.) (2005). *Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: Estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa.

Carvalho, Maria Adriana Sousa (2007). *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926)*. Praia: Instituto Nacional da Biblioteca Nacional e do Livro.

Carvalho, Maria Adriana Sousa (2011). *O Liceu em Cabo Verde: um imperativo de cidadania (1917-1975)*. Praia: Edições Uni-CV.

Carvalho, Rómulo de (2001) [1986]. *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, Abel Fontoura da (1932). Atribuições dum marinheiro em terra de além-mar: Cabinda – Timor – Cabo Verde – S. Tomé (Conferência). *Anais do Club Militar Naval*. Separata 1932. Lisboa: Imprensa da Armada. Recuperado em 14 de junho de 2008. (http://www/marinha.pt/extra/revista/ra_set_out_2003).

Diploma Legislativo n.º 302 (1931, agosto 25). Sobre o analfabetismo em Cabo Verde. *Suplemento n.º 8 ao Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 34/1931*.

Está-se ensinando bem em Cabo Verde (1936, agosto 19). *Notícias de Cabo Verde: Quinzenário regionalista independente*, n.º 131, p. 2.

Estatística geral da província de Cabo Verde. (1920). Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Estatística geral da província de Cabo Verde. (1925). Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Faria Filho, Luciano Mendes de, Neves, Leonardo Santos e Caldeira, Sandra Maria (2005). A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: Aproximações. In Candeias, António (Coord.) *Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, pp. 207-238.

Galvão, Henrique (1940). *Álbum comemorativo da primeira exposição do mundo português. Secção Colonial*. Porto: Lit. Nacional.

Magalhães, Justino Pereira de (2001). *Alquimias da escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

Miranda, Nuno (1960, Abril). Sobre educação e desenvolvimento em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 127, p. 9.

Neto, Sérgio Gonçalves Duarte (2007). *Colónia mártir, colónia modelo: Cabo Verde na imprensa ultramarina portuguesa (1925-1926)*. Dissertação de Mestrado, em História Contemporânea, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal.

Nóvoa, António (1994). *História da educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

O que dizem de nós... (1949, março 22). *Notícias de Cabo Verde: Quinzenário regionalista independente*, n.º 253, p. 1.

O que os outros dizem de nós. (1950, janeiro 25). *Notícias de Cabo Verde: Quinzenário regionalista independente*, n.º 262, p. 4.

Os indígenas são indolentes, desleixados e bêbados? (1912, Abril 26). *A Voz de Cabo Verde*, n.º 36, p. 1.

Oliveira, José Osório de (1936). Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil. *Claridade: Revista de arte e letras*, n.º 2, p. 4.

Ramos, Rui (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Vol. XXIV, 103-104, pp. 1067-1145.

Revista de Educação Geral e Técnica (1913). Lisboa: Sociedade de Estudos Pedagógicos.

Saldanha, Machado (1939, novembro, 14). Cabo Verde na exposição. *O Eco de Cabo Verde*, n.º 26, p. 1.

Sousa, Cynthia Pereira de (2005). A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In Candeias, António (Coord.) *Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, pp. 17-52.

Spencer, Maria Helena (1953, Junho). Problemas do ensino em Cabo Verde: Uma entrevista ao Inspector Escolar Acácio Cardoso. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 21, pp. 21-24.

Wahnon, Aguinaldo M. (1963, outubro-dezembro). Aspectos da realidade económica em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 13-15/169-171, pp. 33-43.